

Potencial arqueológico e ocupação Guarani no alto Jacuí e centro-norte do Rio Grande do Sul: perspectivas, temas, debates e direções

Mauricio Hepp¹

Introdução

É notável que as pesquisas arqueológicas no Brasil cresceram em um ritmo considerável a partir dos anos 2000, o que levou não apenas a um aumento no registro de sítios arqueológicos como também na disposição de informações sobre as mais diferentes regiões, antes pouco ou não exploradas pelas pesquisas. Esse aumento significativo, impulsionado pelas pesquisas sob a rubrica do licenciamento ambiental, permitiu que o campo científico da Arqueologia crescesse igualmente, o que refletiu em número de pesquisadores e de instituições para guarda de acervos, pesquisa e ensino. Todo esse cenário também impacta na produção do conhecimento e na perspectiva de continuidade de pesquisas. Atualmente, o estado do Rio Grande do Sul detém cerca de 3951 sítios arqueológicos registrados², embora esse número possa ser maior dado as dificuldades de atualização e manutenção dos registros. Desse total de registros, cerca de 1/4 (1030 registros aproximadamente) são atribuídos como sítios Guarani ou de Tradição Tupiguarani, o que demonstra a significância dessa cultura arqueológica dentro do estado.

Entretanto, quando observamos com mais detalhes esses registros, ou quando observamos os mesmos dispostos ao longo do mapa do Rio Grande do Sul, observa-se que ainda existem áreas com uma significativa escassez de sítios arqueológicos. Entende-se que, mesmo com o aumento das pesquisas e do advento da necessidade de uma avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico nos empreendimentos de infraestrutura, ainda existem muitas

¹ Arqueólogo, Doutor em Antropologia/Arqueologia pela Universidade Federal de Minas Gerais, e pesquisador associado do Núcleo de Pré-História e Arqueologia (NuPHA) da Universidade de Passo Fundo (UPF).

² Segundo dados obtidos no portal do Iphan, disponível em <https://www.gov.br/iphant/pt-br/patrimonio-cultural/patrimonio-archeologico>, acessado em 18/10/2022.

áreas que não foram contempladas por pesquisas ou que pouco trouxeram sobre informações arqueológicas. É evidente que nem todo o espaço do território seja passível de comportar sítios arqueológicos, mas há, sem dúvida, diversas regiões com notável potencial que não foram contempladas ou não estiveram sujeitas a pesquisas sistemáticas, principalmente.

Nessa perspectiva, avaliar e apontar para áreas de potencialidade também é uma premissa para contribuir com o avanço das pesquisas arqueológicas, ainda que não sejam contemplados todos os espaços e, por bem, que não os sejam, por conta do campo científico continuar a crescer com novas descobertas, mas que esteja presente o registro e a possibilidade de que futuros pesquisadores possam desenvolver projetos e estudos de modo a cobrir significativamente o território do Rio Grande do Sul.

A premissa de “vazios demográficos” ou “vazio informacional” são constatações pautadas apenas na perspectiva de escassez ou ausência de dados. Essa assunção é perigosa ao passo que considera que a ausência significa, até certo ponto, inexistência. Sabe-se que o Brasil hoje tem um grande número de pesquisas arqueológicas vigentes, principalmente em função do licenciamento ambiental, porém, as pesquisas de cunho acadêmico ou com problemas voltados para além da avaliação e mitigação de impactos ambientais ainda é ínfima se comparada às demais. Não é uma crítica aos modelos de pesquisa, mas sim uma constatação de que as áreas pesquisadas correspondem, na maioria do caso, delimitações arbitrárias decorrentes de empreendimentos. Os ditos “vazios” podem estar refletindo áreas com pouco interesse econômico ou com baixa incidência de pesquisas de licenciamento.

Quando interpela-se pela arqueologia nas localidades e no interior dos municípios não é raro ouvir sobre alguma referência, um apontamento ou até mesmo uma descoberta fortuita. Não há lugar em que exista população hoje que não tenha sido atrativa no passado. As dinâmicas e processos de ocupação são dinâmicos, e mudam conforme as gerações e as transformações da sociedade. Essa dinâmica ocupacional é um tema de interesse para a Arqueologia e, em especial, para os objetivos que se busca traçar aqui.

Todavia, não se pretende fazer um estudo definitivo sobre a potencialidade de uma área tão ampla como esta que se propõe. O objetivo maior reside no levantamento de informações que remetam ao potencial arqueológico regional, seja por parte das pesquisas, quanto pela proposição de

hipóteses e discussões, todas centradas num recorte acerca das ocupações Guarani pretéritas, e como essas ocupações tiveram continuidade dado os diferentes eventos marcantes na trajetória destas populações. Ademais, também há a possibilidade de verificar no registro arqueológico meios para subsidiar uma construção de história regional e de longo termo. Esta pesquisa é, sobretudo, um ponto de partida para que se desdobre em outros temas ou outras pesquisas e, principalmente, que tenha continuidade dentro do enfoque regional.

Potencial arqueológico e modelos de ocupação do território

Quando se considera a perspectiva de potencialidade arqueológica, entende-se que a mesma é uma premissa importante da pesquisa, principalmente por lidar com um objeto de estudo que, em muitos casos, precisa antes ser descoberto para então ser trabalhado. Sítios arqueológicos são locais de referência e base de informações para as pesquisas arqueológicas, e muitos deles ainda não foram acessados pelos arqueólogos, o que permite manter uma constante perspectiva de ineditismo em diversas áreas da pesquisa. Este é um ponto fundamental, pois aqui está sendo observado uma região com escassez de registros concretos, ou seja, sítios arqueológicos previamente identificados, o que faz com que seja empreendido, neste momento, outras abordagens para então dar segmento à pesquisa de fato.

A potencialidade arqueológica pode ser definida de diferentes perspectivas. Muitas vezes, o que se busca, são indícios e informações que possam atestar que determinados locais venham a comportar a existência de um sítio arqueológico. Não é incomum que se faça uso de determinados referenciais associados ao ambiente da área de pesquisa, os quais compõem uma caracterização ecológica e física onde se buscam os sítios arqueológicos. Amplamente aplicados no *design* de pesquisas, essas informações tendem a elaborar o que se nomeia como modelo de predição, considerando-se que o comportamento humano pode ser atestado em certas recorrências e padrões nas suas relações com o ambiente (KIPNIS, 1997). Enquanto os modelos preditivos buscam prever a ocorrência de fenômenos arqueológicos com base em uma série de variáveis, majoritariamente ambientais, os elementos culturais, ou seja, referentes às particularidades dos grupos humanos, também apresentam uma relevância ao ponto que podem ser inseridos nesses modelos de predição.

Apesar de pesquisas já terem consolidado abordagens de cunho preditivo, especialmente com o uso de *softwares* e outros elementos de tecnologia recente, grande parte das pesquisas arqueológicas no Brasil ainda considera o aporte empírico como a principal forma de determinação da localização e subsequente identificação de sítios arqueológicos (KIPNIS, 1997). Em outra via, as definições do que é ou não relevante na pesquisa arqueológica acabam, em grande medida, sendo definidas empiricamente. De modo similar, a indicação por parte de populações locais que, não incomum, acabam entrando em contato com vestígios arqueológicos, também é considerada uma importante ferramenta na identificação de sítios e locais relevantes do ponto de vista arqueológico.

A utilização de variáveis de cunho ambiental torna-se uma abordagem extremamente comum, principalmente quando se trata de áreas com pouca ou nenhuma informação de registros arqueológicos prévios. Consolidadas de diferentes maneiras conforme o ambiente ou a região que se insere, essas variáveis terão pesos e significados próprios para cada área pesquisada, em que se considere o cruzamento com informações arqueológicas prévias, além de fontes históricas, etnohistóricas e etnográficas, todas com níveis e relevâncias próprias dentro do contexto de estudo (KASHIMOTO, 1997; MORAIS, 2011).

É possível, ainda, dentro dessa perspectiva, elencar algumas estratégias que possam revelar o potencial arqueológico de determinadas área (ou região), a partir de enfoques diferentes, mas que compõem, no fim, também uma modelagem preditiva. Conforme apontado, alguns modelos podem dar um peso maior aos padrões ambientais, estes já consolidados empiricamente a partir de pesquisas arqueológicas prévias (KASHIMOTO, 1997; KIPNIS, 1997; MORAIS, 2011). De outra forma, a ênfase apenas em dados prévios, principalmente na posição e proximidade com outros sítios arqueológicos, também pode direcionar a buscar por novos indícios a partir da recorrência de locais já identificados na área, os quais se baseiam numa potencialidade locacional da região, passíveis de ser mensurados a partir de modelos quantitativos geográficos (KIPNIS, 1997). E, finalmente, alguns modelos podem partir das premissas de localização e regularidade de assentamentos observados em estudos etnográficos ou etnohistóricos, os quais possam refletir recorrência com base nas escolhas e perspectivas dessas populações e da continuidade de uso do espaço.

Embora nenhuma dessas perspectivas ao serem aplicadas sejam excludentes, isto é, usualmente não são aplicadas isoladamente, a elaboração de modelos de predição busca sempre conjugar as diferentes estratégias para se obter melhor resolução possível. Não obstante, determinadas áreas apresentam maior ou menor relevância dentro da perspectiva de potencialidade, seja por um ou outro aspecto, e em determinados momentos prioriza-se uma ou outra abordagem, a qual permite lidar com maior ênfase ou através de melhores resultados. A exemplo do que se pretende discutir aqui, a ausência de dados arqueológicos considera que a ênfase recaísse em utilizar um modelo locacional de cunho ambiental, pautado em variáveis levantadas a partir do meio físico regional. Porém, com a impossibilidade de se realizar uma pesquisa de campo, a definição de potencialidade será construída a partir de outras fontes, principalmente nas referências oriundas de informações da população local, das coleções existentes, de pesquisas já realizadas e nos dados históricos e etnohistóricos regionais. Em última medida, os dados ambientais serão considerados em uma larga escala, referidos e pautados a partir de outras pesquisas de ambientes similares e que já tenham sido bem sucedidas na identificação de sítios arqueológicos. Como referência de maior peso, a rede hidrográfica atuará não apenas como marco de potencialidade, mas também como auxiliadora para o recorte regional, visto que a relação entre os Guarani e os rios é repetidamente realizada na bibliografia, tanto de fontes etnohistóricas quanto arqueológicas (LEZAMA & GLUCHY, 2014).

Tradição Tupiguarani e a perspectiva arqueológica

A terminologia empregada para a definição deste amplo conjunto material como “Tradição Tupiguarani” se deu na premissa e objetivos do PRONAPA³, o qual tinha como uma de suas metas a identificação, classificação e mapeamento das culturas arqueológicas no Brasil. Embora já amplamente conhecido pelos pesquisadores, o material associado aos grupos falantes da língua Tupi-guarani só fora devidamente sistematizado a partir desse período, salvo as ressalvas que definem o uso e os conceitos utilizados na sua nomeação.

³ Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas que foi implementado entre os anos de 1965 a 1970 e responsável por grande parte da sistematização dos conjuntos materiais e pela formação de uma geração de arqueólogos no Brasil.

A amplitude territorial tanto do grupo linguístico quanto da ocorrência de sítios arqueológicos fez com que alguns pesquisadores, por vezes, a considerassem como uma cultura “panbrasileira” (NOELLI, 1999/2000; PROUS, 2019). Em sua definição clássica, seria “caracterizada principalmente por cerâmica policrônica (vermelho e/ou preto sobre engobo branco e/ou vermelho), corrugada e escovada, por enterramentos secundários em urnas, machados de pedra polida, e, pelo uso de *tembetá*” (CHMYZ, 1976, p. 146). Embora generalizante, a definição foi cunhada para demarcar aquele conjunto material que se achava ao longo do território brasileiro e em diferentes regiões. Essa amplitude, contudo, também era visível em termos de diversidade, onde considerou-se elaborar subdivisões para esse conjunto material, que resultou nas definições das subtradições Corrugada, Pintada e Escovada. Em suas definições, cada subtradição foi postulada pela predominância do seu tipo decorativo sobre os demais, inclusive servindo-se como base para definição cronológica e regional para essa tradição arqueológica (CHMYZ, 1976; BROCHADO, 1984; SOUZA, 1997).

Embora essa conceituação apresentasse alguns problemas que resultou no seu abandono, uma questão principal que foi pautada, a partir de então, residiu em entender o que se poderia identificar de variações regionais dentro do seu conjunto material. Inicialmente apontada por Brochado (1984), que identificava dois ramos dessa grande tradição ceramista, dos quais associou um “ramo norte”, ou Tupi, que se expandiu no território a partir do litoral e se estabelecendo ali até o contato com o colonizador europeu; e um “ramo sul” que correspondia ao grupo que se expandiu pela rede hidrográfica do continente, principalmente a bacia Platina e do rio Paraná, atingindo grande parte do território sul brasileiro. Posteriormente, essa divisão seria retomada por Prous (2016, p. 118) que, ao definir variações no conjunto material, apontou para uma subdivisão entre “Proto-Tupi”, para as ocorrências a partir do sudeste, nordeste e norte do Brasil, e “Proto-Guarani”, para as manifestações meridionais, incluindo a Bacia do rio da Prata e do rio Paraná na Argentina.

Recentemente, Corrêa (2014, pp. 213-214) propôs uma ordenação para o amplo repertório material da Tradição Tupiguarani, o qual foi pautado através de um extenso estudo da caracterização e identificação das coleções de vasilhames íntegros no Brasil. Essa subdivisão considerou a área de ocorrência dos conjuntos cerâmicas e dos falantes da língua Tupi-guarani, conforme os

seguintes grupos: 1) Tupi norte-ocidental – a sul do rio Amazonas entre as bacias do rio Madeira-Guaporé e do Tapajós; 2) Tupi norte-oriental – a leste da bacia do rio Tapajós até as bacias dos rios Gurupi-Tocantins; 3) Proto-Tupinambá – a leste das bacias dos rios Gurupi/Tocantins até a costa da região Nordeste a norte do estado da Bahia; 4) Tupinambá – da região Nordeste até a costa do Paraná e incluindo porções do interior até o estado de Mato Grosso; e 5) Guarani – do sul da Bolívia e Mato Grosso até a foz do rio da Prata incluindo o litoral sul até o estado de Paraná.

Percebe-se que, conforme as pesquisas sobre os Guarani avançam, alguns conceitos cunhados para a Arqueologia mostraram-se insuficientes, como é o caso das definições de tradição ou subtradição. Nessa visão, o que se entende é que não está apenas tratando-se de um conjunto material, mas sim de um grupo etnográfico, o qual pode ser identificado nas inúmeras fontes de pesquisa e, sobretudo, correlacionado com o material arqueológico devido a essa ampla documentação, em especial ao período de contato com o colonizador europeu. Já que esses grupos são historicamente conhecidos, também é possível refinar essa interpretação no que tange à conceituação ou a definição arqueológica, principalmente considerando a interpretação a partir de dados oriundos da História e da Antropologia (SOARES, 2004, p. 27)⁴.

Assim como a sua terminologia foi (e ainda é) amplamente debatida, outro tema de destaque para os estudos relacionados aos Guarani são as hipóteses sobre sua origem e dispersão. Este tema foi recorrentemente debatido, inicialmente nos anos 1970 com Lathrap (1970), na década de 1980 com Brochado (1984) e retomado nos anos 1990 com Noelli (1996; 1998). Dado sua relevância para as pesquisas, frequentemente era retomado em trabalhos sobre a Tradição Tupiguarani, gerando uma subsequente revisão dos debates (MORAES, 2007; ALMEIDA, 2008; CRUZ, 2008; PEREIRA, 2011; HEPP, 2012; CORRÊA, 2014; ALMEIDA & NEVES, 2015; BONOMO et al., 2015).

⁴ Para esta pesquisa, não se fará uma discussão ampla sobre a terminologia, já que não é objetivo deste texto. Contudo, adota-se o termo Guarani para referenciar as ocupações, sítios arqueológicos e perspectivas relacionadas à cultura material, com base na definição de Tradição Tupiguarani, assumindo a parcialidade meridional como remanescente de uma cultura Guarani ancestral, contudo, sem desconsiderar as particularidades e multiplicidades étnicas dentro da própria definição Guarani.

Dentre as perspectivas levantadas, atualmente aceita-se que a origem dos grupos falantes do Tupi-guarani, e consequentemente aqueles associados à cultura arqueológica, estaria na região Amazônica. As perspectivas se alteram da exata região por conta das pesquisas e das discussões, que têm como base a Amazônia ocidental a partir dos dados linguísticos (MIGLIAZZA, 1982) e também pela hipótese de Miller (2009); da Amazônia central (LATHRAP, 1970; BROCHADO, 1984; NOELLI, 1996), e na Amazônia oriental (ALMEIDA & NEVES, 2015). De todas as perspectivas, o ramo que adentrou o território meridional brasileiro, através das bacias dos rios da Prata e Paraná, corresponde aos grupos nomeados Guarani. Estes, por sua vez, podem ser compreendidos em movimentos no território meridional conforme apresentado pelo modelo de Bonomo et al. (2015). Esta hipótese funda-se na perspectiva de que os Proto-Guarani ocuparam a região sul do Brasil, através de rotas vindas pelo rio Paraná, o rio Paranapanema, e o rio Uruguai, até ocuparem as porções interioranas através dos tributários dessas grandes bacias (Figura 2). Os movimentos constantes e a rápida expansão apontam que a partir do ano 1000 d.C. o povoamento dos Proto-Guarani teria se dado em diferentes regiões com um aumento significativo no número de sítios arqueológicos. Essa densidade na ocupação dos territórios se consolidou por volta dos séculos XIV ao XVI, já no contato com o colonizador europeu (BONOMO et al., 2015). Entre os séculos XV ao XVII, grande parte do território estaria ocupado pelos grupos Proto-Guarani e muitas das referências realizadas nos dados etnohistóricos são oriundos desse período, em especial dos relatos da missões empreendidas pelos missionários jesuítas (MONTOYA, 1985 [1639]; CORTESÃO, 1951; 1952).

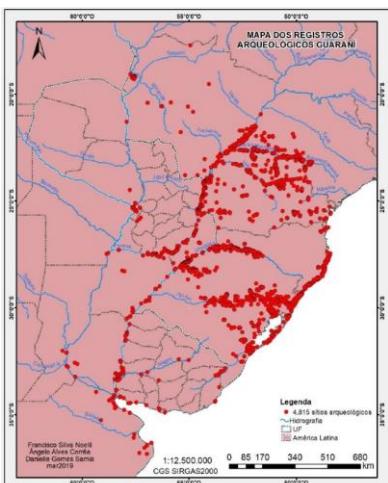


Figura 1: Mapa com a distribuição dos sítios Guarani no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Fonte: Noelli et al. (2019, p. 16).

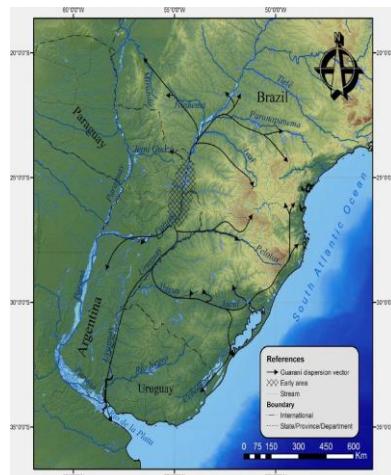


Figura 2: Mapa com as possíveis rotas de dispersão Guarani no território meridional da América do Sul. Fonte: Bonomo et al. (2015, p. 65).

Expansão e ocupação Guarani no Rio Grande do Sul

Estima-se que os Guarani tenham chegado no atual estado do Rio Grande do Sul entre o primeiro e segundo século da era cristã ocupando as porções centrais do estado já no segundo século e estendendo o domínio até meados do século XVIII (KLAMT, 2004, p. 128). Os assentamentos mais antigos estariam dispostos junto aos cursos dos grandes rios e seus tributários, nas várzeas planas que acompanham esses cursos. No estado destacam-se os rios Uruguai, Ibicuí, Ijuí, Jacuí, Sinos e Caí, sempre com preferência ao terreno plano, na confluência de arroios com o rio principal e próximo às corredeiras (MENTZ-RIBEIRO, 2016, p. 205). Nas ocupações mais antigas os sítios apresentam maior número de manchas escuras associadas às habitações, chegando em número de 8 e com até 30 metros de diâmetro ou de formato elíptico atingindo dimensões de 70 x 90 metros. As habitações se dispõem de forma circular ou elíptica não estando distante umas das outras por mais de 100

metros. Os pacotes arqueológicos também variam podendo chegar até 120 cm de profundidade (ibid., p. 206).

As bacias dos rios Uruguai e Jacuí comportam um grande número de sítios arqueológicos Guarani, principalmente ao longo do curso principal, mas também nos tributários. Outras regiões como a Serra do Sudeste e a Planície Costeira detém um considerável número de sítios, dispostos junto a bacia hidrográfica principal da região ou ao ambiente lacustre. A priorização para a ocupação dos territórios se deu sempre com preferência às várzeas e terras mais férteis, num movimento que vai de oeste para leste (Figura 3), em referência ao rio Paraná e adentro o estado por eixos formados a partir dos rios Uruguai, Ijuí e Jacuí (ROGGE, 2004, p. 72).

Uma segunda onde de migração teria ocorrido por volta dos séculos IX a XIII, onde as ocupações foram se expandindo para os tributários da margem esquerda do rio Jacuí e também para outras áreas do rio Uruguai, incluindo o alto e baixo curso. Nesse período também atingem a faixa costeira e se estabelecem em regiões da Serra do Sudeste e ao longo da costa oeste da Lagoa do Patos (ROGGE, 2004, p. 73). A etapa final de expansão territorial no estado comportaria a ocupação de território de maior altitude e afastado dos grandes rios, adentrando o interior do estado e ocupando as margens de tributários menores. Esse momento migratório já corresponderia a meados dos séculos XV e XVI, em antecedência à chegada dos colonizadores europeus. Os Guarani já estariam estabelecidos em todas as áreas fluviais importantes do estado, inclusive a planície costeira, e gradativamente fariam pressão para outros territórios, marginais a essas grande bacias, o que deve ter gerado conflitos e disputas com outros grupos que ocupavam aquelas regiões. Essas áreas “marginais” representariam as drenagens afastadas dos rios de maior porte, geralmente na porção mais alta de vales e no planalto, território aparentemente estabelecido por outro grupo caracterizado pela cerâmica da Tradição Taquara/Itararé, ou ainda mais ao sul, nos territórios entre a Serra do Sudeste e a Planície Costeira, também ocupado por detentores de outros conjunto material cerâmico, estes associados à Tradição Vieira (ibid., p. 202).

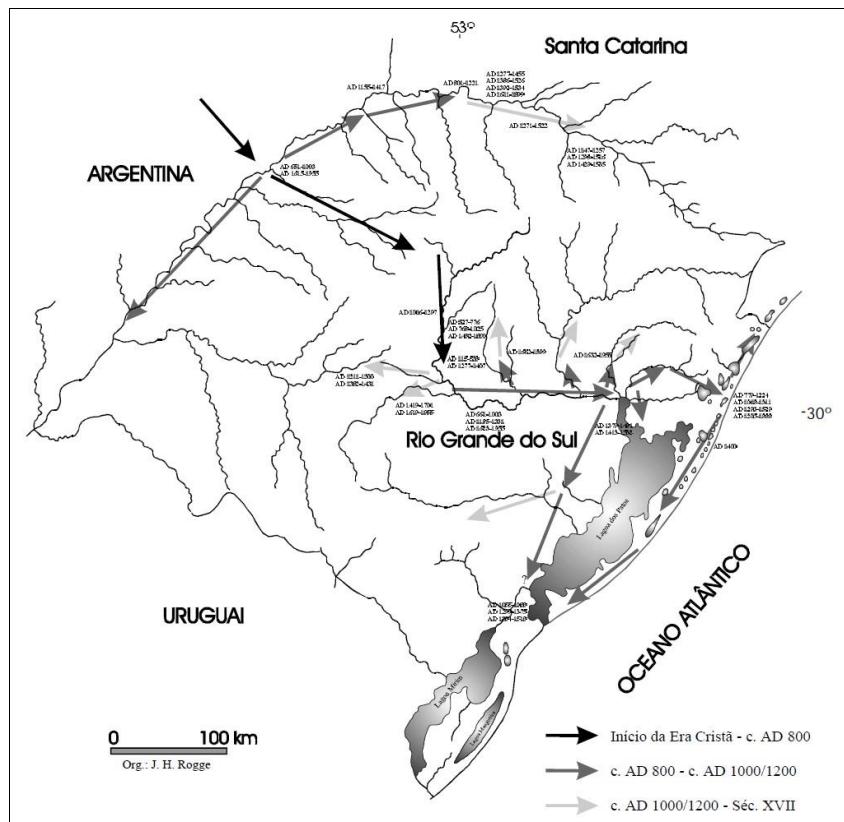


Figura 3: Rotas de entrada e dispersão dos Guarani no território sul-riograndense. Fonte: Rogge (2004, p. 74).

Pesquisas realizadas na bacia dos rios Taquari/Antas auxiliam a exemplificar a dinâmica ocupacional proposta por Rogge (2004). Para essa região, que compõe um dos tributários do Jacuí, foram identificados 121 sítios arqueológicos, demarcando um ocupação de maior densidade na área central e sul da bacia. Há sítios distribuídos na porção ao norte da bacia, onde o vale do rio é mais encaixado e o relevo abrange o planalto das araucárias, abrangendo os municípios de Veranópolis, Cotiporã, Bento Gonçalves, Guaporé e Muçum (SCHNEIDER et al., 2017, pp. 41-42). Porém, nos limites ao norte, noroeste e

nordeste da ocorrência de sítios Guarani há uma restrição na interação e ocorrência de sítios multicomponenciais, assim como tornam-se frequentes a ocorrência de sítios associados à ocupação da Tradição Taquara/Itararé. Essa região abrange os rios Fão, Forqueta e Guaporé, onde não se observa contato nos sítios e uma certa exclusividade para a cerâmica da Tradição Taquara/Itararé (*ibid.*, p. 42). Nessa perspectiva, pode-se entender a dinâmica em que as ocupações Guarani atingiram certo limite ou impedimento para sua expansão nesses territórios, já afastados dos locais preferenciais ou das áreas mais favoráveis para seu estabelecimento. A área da bacia Taquari/Antas pode ser enquadrada na mesma perspectiva em que Rogge (2004) apresenta como zonas de contato cultural, que abarcariam a bacia do rio Pardo (também tributário do rio Jacuí), o baixo curso do rio Camaquã, o alto/médio curso do rio Uruguai (próximo à Itapiranga) e a área do Balneário Quintão, na faixa costeira do estado.

A bacia do rio Ijuí também seria importante rota de entrada dos Guarani no Rio Grande do Sul. Compondo um tributário do rio Uruguai, à noroeste do estado, o curso do rio Ijuí permitira uma acesso ao interior do território até próximo a outra grande bacia: o alto rio Jacuí. Nessa perspectiva, as pesquisas realizadas por Ferrari (1983) apontaram que os Guarani poderiam ter adentrado o estado a partir do baixo curso do rio Ijuí, inclusive tendo contato com grupos de caçadores-coletores que habitavam a região e também outros grupos ceramistas do planalto meridional limitando sua expansão apenas nas regiões de campos, seja por questões referentes ao ambiente ou por limitações de fronteiras com outros grupos (FERRARI, 1983, p. 6). O fato é que, estabelecida a ocupação, os Guarani permaneceram até o contato com o colonizador europeu e o advento das reduções jesuítico-guaranis.

Considerando a premissa levantada por Ferrari (1983) e suportada por outros autores (BROCHADO, 1984; NOELLI, 1993; ROGGE, 2004; SOARES, 2004; BONOMO et al., 2015), é plausível aceitar que a expansão dos Guarani tenha se dado a partir de tributários das grandes bacias, como o rio Jacuí e o rio Uruguai. Se essa premissa for válida, então onde estariam as ocupações em outros rios que compõem a rede hidrográfica? Essa questão levou a proposição deste texto, com o intuito de levantar questões referentes às áreas potenciais de ocupação e que estariam demarcadas como “vazios

demográficos” muito em conta da ausência de pesquisas sistemáticas do que da inexistência de registros.

Modelos de ocupação territorial e indicadores arqueológicos, etnográficos e etnohistóricos para potencialidade arqueológica de sítios Guarani

Para pensar em uma perspectiva de potencialidade arqueológica no âmbito macro regional, faz-se necessário antes ponderar alguns elementos para tal abordagem. Considera-se aqui, que a premissa envolve um levantamento realizado principalmente por dados secundários, muitos deles extrapolados para uma região maior em função da ausência de registros diretos no recorte espacial. Essas considerações são importantes por levantar informações que podem ser assumidas como generalizantes, porém, necessárias quando se elabora estudos dessa envergadura. Quaisquer *design* de pesquisa arqueológica se inicia com um levantamento de dados secundários e apontamentos sobre a potencialidade local, em vias de viabilizar estratégias e definir metodologias adequadas para determinadas regiões (SANTOS, 2001; DIAS, 2003).

No caso da ocupação Guarani, a presente proposta buscou levantar algumas informações amplas pautadas na bibliografia e em dados históricos e etnográficos. Essa necessidade se deu em função da inexistência de pesquisas locais concentradas em regiões que entende-se existir um potencial para ocorrência de sítios. Essa extração se dá ao passo que os registros existentes estão concentrados em regiões específicas, em sua grande maioria oriunda de pesquisas relacionadas ao processo de licenciamento ambiental, as quais têm uma área de estudo circunscrita ao local de instalação do empreendimento. Embora seja uma limitação, em muitos casos a área desses empreendimentos possibilitam recortes paisagísticos e enfoques regionais, visto que permitem estratégias focadas na detecção de sítios arqueológicos.

Tratando-se dos Guarani, a perspectiva de levantamento de potencialidade se dá a partir das características de assentamentos e dos modelos gerados conforme sua expansão e estabelecimento em regiões, assim como aportes históricos e etnográficos sobre sua organização social e movimentos territoriais. Nessa perspectiva, tem-se como base os modelos de organização territorial indicados por Shaden (1974), Noelli (1993), Rogge (2004), Noelli et al. (2019) e Souza (2021). Esses modelos, iniciados com a hipótese de difusão da

cerâmica Tupiguarani elaborada por Brochado (1984), parte-se da premissa que os Gauarani empreenderam um processo de expansão do território, com a aquisição de novas áreas, sem abandonar antigos locais, numa constante crescente de aquisição e ampliação de novos territórios. Esse processo expansionista daria preferência, inicialmente, para regiões com potencial de replicar seu modelo agroecológico de subsistência, como as várzeas de terras férteis ao longo de rios de grande porte com capacidade de navegação (NOELLI, 1993; 1999/2000; 2004; SOARES, 1997; BONOMO et al., 2015).

Esse modelo expansionista seria pautado num sistema territorial onde a organização se daria em quatro níveis sociais e espaciais: o *ogpe guará*, o *teii*, o *tekohá* e o *guará* (NOELLI, 1993, p. 250). A unidade básica, ou inicial, é o *ogpe guará* que é composta pela família nuclear, podendo variar até aproximadamente seis pessoas. A unidade seguinte é o *teii* (ou *tejí*) que corresponde ao assentamento do grupo familiar, ou a família extensa, com até 60 pessoas. O agrupamento de diferentes *teii* formavam o *tekohá*, que correspondia ao território exclusivo dos aldeamentos, e que abarcava também as áreas de captação de recurso, extração e manejo florestal. Por fim, os *tekohá* poderiam se organizar em um sistema de aliança mais ampla que conformava um território de grandes dimensões e se estabelecia como o *guará*, a maior unidade organizacional (NOELLI, 1993, pp. 247-250; ROGGE, 2004, p. 83). Estima-se que o território de um *guará* chegasse a dimensões com cerca de 22 km de raio e seriam ocupados por longos períodos de tempo, o que poderia representar até 200 anos de ocupações em diferentes *tekohá* ou *teii*, estes últimos com distância que variava entre 5 a 15 km (CHASE-SARDI, 1989 *apud* ROGGE, 2004, pp. 83-84).

Esse modelo organizacional, construído a partir de dados etnohistóricos e etnográficos (NOELLI, 1993), permite pensar numa movimentação e uso amplo do território, com incursões, explorações e estabelecimento de fronteiras, além de negociações por áreas com diferentes níveis de captação de recursos e, finalmente, uma extensa rede de contatos e trocas entre os *tekohá* (NOELLI, 1999/2000; 2004). Essa premissa já incide em observar as regiões a serem exploradas arqueologicamente com um olhar de amplitude e de grande dimensão no manejo territorial, que vai para além das unidades definidas como sítios arqueológicos (e que poderiam corresponder aos *teii* ou *tekohá*, de acordo com seu tamanho e quantidade de estruturas), numa perspectiva de movimentação territorial que pode ter propiciado, além de

contatos, num encontro bélico com outros grupos, frente a necessidade da ampliação e aquisição do domínio de novas áreas. É importante pensar aqui que as chamadas “áreas marginais” ou fora do “padrão ecológico” que os Guarani poderiam ter, acabam sendo ocupadas gradativamente em função dessa necessidade por novos territórios, a exemplo da bacia Taquari/Antas (SCHNEIDER et al., 2017). Se esse caso for recorrente, conforme considera-se a partir das informações etnohistóricas, outros tributários das grandes bacias também poderiam ter sido utilizados ou incorporados no território Guarani, mesmo quando estes não apresentassem um características adequadas ao seu modelo ecológico “padrão”.

Pensando nessa perspectiva, outro fator significativo seria o próprio manejo agroecológico realizado pelos Guarani. Segundo Noelli et al. (2019, p. 15), o manejo territorial Guarani (assim definido pelo autor e referido pela sigla MTG), consistia numa prática de conhecimentos tradicionais comuns aos cerca de setenta povos falantes da língua Tupi-guarani, os quais levaram para além da Amazônia um modelo agroecológico de manejo dos seus territórios, compartilhado num imenso espaço geográfico que incluiu o bioma da Mata Atlântica e as áreas de transição com o Cerrado, o Chaco e o Pampa.

A premissa desse modelo parte de um “conhecimento entobiológico tradicional” (BALÉE, 2000) que deriva do acúmulo de experiências e práticas transmitidas pelo grupo para manejá-las e transformar os ambientes. Para elaborar essa proposta de manejo territorial Guarani, Noelli et al. (2019, p. 16) utilizaram as premissas elencadas por Balée para os processos transformadores dos conhecimentos, onde ressalva a linguística e os léxicos das populações sobre a diversidade biológica, o conhecimento geral e acumulativo sobre o ambiente, e a relação com as paisagens transformadas por meio da redistribuição de espécies nas diferentes regiões, manejando e adaptando os locais dentro da sua perspectiva locacional.

Essa premissa, já indicada por Noelli (1993) anteriormente no seu modelo territorial Guarani pautado em dados etnohistóricos e etnográficos, é ampliada com novas informações arqueológicas e botânicas aliando os dados arqueológicos, históricos, etnológicos, linguísticos e botânicos com a cultura material de modo a elaborar uma perspectiva do que os Guarani chamam de *ñande reko*, ou “o modo de vida”, “modo de ser” (NOELLI et al., 2019, p. 17). É possível observar que o “*ñande reko*” é visível na cultura material, a exemplo da

replicação das classes funcionais na cerâmica arqueológica, com elevada padronização tecnológica e morfológica” (ibid.).

Desse modo, observa-se que a estrutura social Guarani permitiria certos padrões e repetições nas práticas de uso e ocupação territorial, o que permitira olhar para áreas ainda não investigadas a partir dessa ótica ocupacional. Se os grandes rios são os territórios privilegiados dentro de um *guará*, os tributários seriam os territórios periféricos, mesmo não compartilhando as mesmas características, e subsequentemente demandariam de algumas adaptações.

Além dessa perspectiva, Vicroski (2011, p. 124) sugere que as adaptações locais podem decorrer da preferência por aproveitamento dos recursos alimentares, possibilitando uma mobilidade sazonal e o manejo de diferentes áreas em diferentes períodos do ano. Essa mobilidade também pode ter sido fator que contribuiu no contato cultural com outros grupos e no estabelecimento de fronteiras entre antigos e novos territórios. A própria fissão estimulada pelos processos de expansão do grupo pode ter permitido maior incentivo à exploração de novas áreas e ocupação de ambientes diversos a ponto de implementar novas práticas para o *ñande reko* (ibid.).

Ainda que os dados etnográficos devem ser assumidos com certa cautela quando extrapolados para o registro arqueológico, é importante considerá-los dentro de quaisquer premissas de levantamento de potencial arqueológico das áreas. Entende-se que as mudanças ocorridas ao longo de séculos de transformações decorrentes do contato, seja amistoso ou bélico, de epidemias, escravização, conflitos territoriais, violência física e epistemológica, refletem profundamente na trajetória dos grupos humanos, e o caso dos Guarani não é exceção. Contudo, observar as mudanças a longo termo também permite atentar para mudanças que ocorreram na estrutura social e material desses povos, ao passo que se reconstrói uma trajetória histórica, também se elabora uma certa “arqueologia reversa” (cf. CORRÊA, 2014; NOELLI et al., 2019, pp. 14-15), onde busca-se dados do presente para que possam ser analisados e compreendidos nos seus elos com o passado e os processos de transformação dos grupos.

Atualmente, embora muitas das práticas Guarani tenham se alterado em função dos eventos de transformação e da mudança tecnológica, diferentes perspectivas, que não apenas a material, ainda tem ligação direta com o passado,

como é o caso de seus territórios tradicionais. Levantamentos realizados sobre a territorialidade, aldeamentos, demarcação de terras, além de outras informações pertinentes ao processo de regularização desses territórios tradicionais indicam áreas com potencialidade arqueológica latente, já que compõem-se regiões onde a memória traça uma correlação de continuidade e da ocupação histórica por esses grupos.

No município de Salto do Jacuí, próximo à represa Dona Francisca, há o registro do território nomeado como Tekoá Porã, que foi cadastrado junto ao Iphan como Bem Imaterial. Essa localidade faria referência à Terra Indígena Salto Grande do Jacuí, conforme a descrição que consta do bem:

A Tekoá Porá possui uma população de 146 pessoas e 39 famílias. Ela fica situada no Município de Salto do Jacuí, que faz parte da Mesorregião do Noroeste Riograndense, na Microrregião de Cruz Alta. A comunidade Mbyá-Guarani da Tekoá Porá possui um ritmo cotidiano distinto daquele que vigora na rotina rural e urbana do município, embora tenham que se adequar aos horários das aulas das crianças que estudam. Lá os Mbyá vivem o nhande rekó (modo de ser Mbyá), bastante diferente do juruá (não-indígena). A Tekoá está situada em local de privilegiada beleza natural, com encostas íngremes e completamente forrada de floresta densa, no meio das quais fica o curso pedregoso do rio Jacuí. (...) Embora sendo formalmente reconhecida como Terra Indígena a pequena área de 234 hectares, Tekoá Porã é compreendida pelos Mbyá envolvendo toda a grande área de mata preservada na grande ferradura que faz o curso do rio Jacuí abaixo da Hidrelétrica Maia Filho, local transformado em área de proteção ambiental em contrapartida ao impacto provocado pelos empreendimentos hidrelétricos no Jacuí. Dentro da Tekoá os Mbyá

possuem suas oó ao lado de poucas casas construídas segundo o modelo adotado inicialmente pelo Programa RS Rural (como é hoje a casa de passagem dos Mbyá no Parque Arqueológico de São Miguel, por exemplo). Lá eles também fazem roças tradicionais, preparam armadilhas e pescam no rio, conseguindo um abastecimento alimentar destas fontes em maior proporção do que ocorre em médias nas demais áreas Mbyá (...)⁵.

Nos municípios de Ronda Alta, na localidade de Alto Recreio, há a Terra Indígena Serrinha que comporta famílias Kaingang e Guarani. Esta fica na proximidade da Usina Hidrelétrica Passo Fundo, no rio homônimo, e também fica próxima a um sítio arqueológico já registrado.

Além destes registros pontuais, a iniciativa realizada pelo Centro de Trabalho Indigenista (CTI) em parceria com a Comissão Guarani *Yvyryupa* (CGY) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) permitiu a criação de uma plataforma interativa – o Mapa Guarani Digital⁶, o qual compila dados sobre territórios atuais e em fase de demarcação, Terras Indígenas, aldeamentos e sítios arqueológicos, todos com georreferenciados, incluindo aldeias recentemente desocupadas (muitas vezes de modo violento) que foram referenciadas a partir da observação em campo ou da memória oral.

Essa importante ferramenta de luta indígena também pode ser vista como importante fonte de informação para a Arqueologia, ao passo que compila dados arqueológicos, etnográficos e históricos regionais acerca da movimentação e ocupação de territórios Guarani. Olhar para a distribuição destes locais também remete para entender as dinâmicas populacionais decorrentes dos processos de colonização e conflitos pelo território. Mais do que isso, mapear as ocorrências da ocupação do território é observar as áreas

⁵ Dados do relatório no SICG/IPHAN. Disponível em <https://sicg.iphan.gov.br/sicg/bemImaterial/rel/622/>.

que estão tradicionalmente ligadas a essa população, de modo a poder entender onde existem registros da memória local que podem levar ao registro arqueológico ainda não identificado.

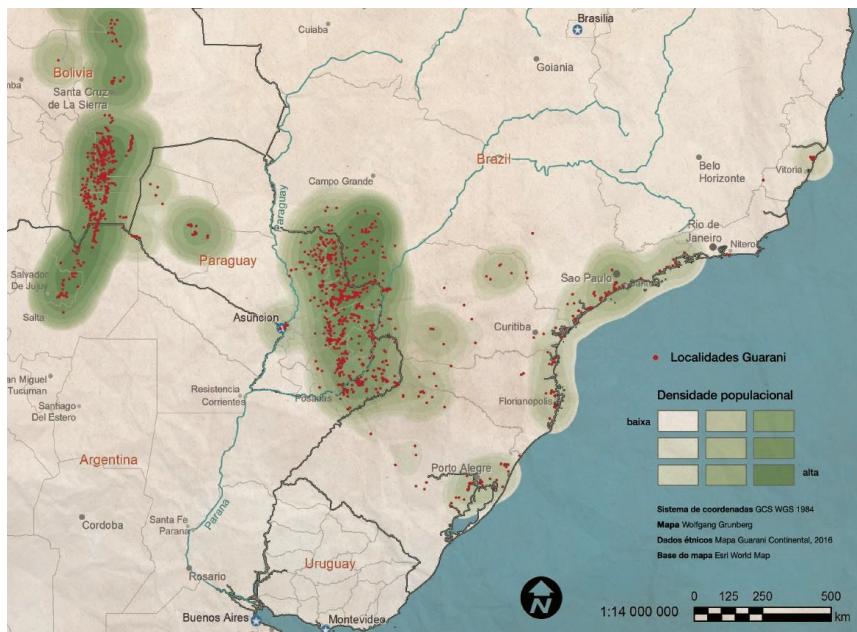


Figura 4: Mapa de localidades Guarani contemporâneas na América do Sul.
Fonte: EMGC, Equipe Mapa Guarani Continental (2016).

Iniciativa similar pode ser vista também no Mapa Guarani Continental⁷ (Figura 4) que reúne informações sobre a população e a localização dos povos indígenas Guarani, abrangendo Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia. A relação entre a continuidade de ocupação de territórios, tanto anteriores à colonização europeia quanto atuais, pode ser observada através desse trabalho e tende a ser

⁶ Firmado em Convênio nº. 811204/2014 entre o Centro de Trabalho Indigenista – CTI e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Disponível em <https://guarani.map.as>.

⁷ Elaborado pela Equipe Mapa Guarani Continental (2016).

uma importante fonte para definir e entender a potencialidade arqueológica regional.

Perspectivas e potencial arqueológico para pesquisas no alto rio Jacuí e centro-norte do Rio Grande do Sul

As breves discussões apresentadas até aqui visaram elaborar uma contextualização para o recorte a ser apresentado aqui, e que diz respeito à potencialidade das pesquisas para o centro-norte do Rio Grande do Sul. Optou-se aqui uma região ampla definida a partir de um “vazio demográfico” ou “vazio informacional” na Arqueologia meridional. Embora não seja tema novo, o potencial arqueológico para o Planalto Médio do estado já havia sido abordado em pesquisa realizada por Vicroski (2011).

Embora a vigente escassez de registros possa sugerir uma aparente falta de dados, é possível verificar, com base apenas num breve levantamento de dados secundários, que a região apresenta um grande potencial arqueológico ainda a ser explorado. Não só a caracterização física e ecológica da bacia possui particular aspecto no que tange potencialidades para assentamentos de grupos humanos, quanto a possibilidade de se lidar com uma área que ofereça uma multiplicidade de perspectivas para pesquisa. Sobre esse potencial, Vicroski (2011, pp. 119-120) define que a área da bacia do Alto Jacuí

(...) insere-se no limite meridional do sistema ecológico relacionado à floresta tropical com mata de araucária. Em sua extremidade sul, as encostas do planalto constituem a barreira física que se apresenta como limite ao ambiente dos campos da Depressão Central que se estendem desde a Campanha, portanto, também uma fronteira geológica, com arenitos da formação Botucatu recobertos por derrames basálticos nas terras altas, e sedimentos paleozóicos nas terras baixas. Por sua vez, a extremidade norte, já nas coxilhas do Planalto Médio, compreende um importante interflúvio. Entre Passo Fundo e Mato Castelhano, num raio de aproximadamente mil metros, estão

situadas as nascentes do rio do Peixe, Guaporé, Passo Fundo e Jacuí, um divisor de águas entre as bacias hidrográficas do Uruguai e Guaíba, duas das três bacias presentes no Rio Grande do Sul, englobando respectivamente quatro sub-bacias: Apuaê-Inhandava, Taquari-Antas, Passo Fundo-Várzea e Alto Jacuí. Em suma, trata-se também de uma zona de convergência e transição de diferentes contextos ecológicos, geológicos, geomorfológicos, hidrológicos, vegetacionais, entre outras características.]

Essa confluência de fatores físicos e ambientais permite uma região com grande possibilidades de manejo de recursos naturais, estes não apenas aproveitados dentro dos modelos territoriais Guarani, mas também passível a outros grupos que ocuparam o Planalto e a Serra sul riograndense, como os conjuntos materiais associados à Tradição Humaitá e Taquara/Itararé. Esta última, representada por sítios marcados por uma cerâmica visivelmente diferente da materialidade Guarani, representaria os antepassados das populações falantes de língua Jê, e aqui no estado referidos, principalmente, pelos Kaingang (ou também pelos Guañanás) (Figura 5) (NIMUENDAJU, 2017).

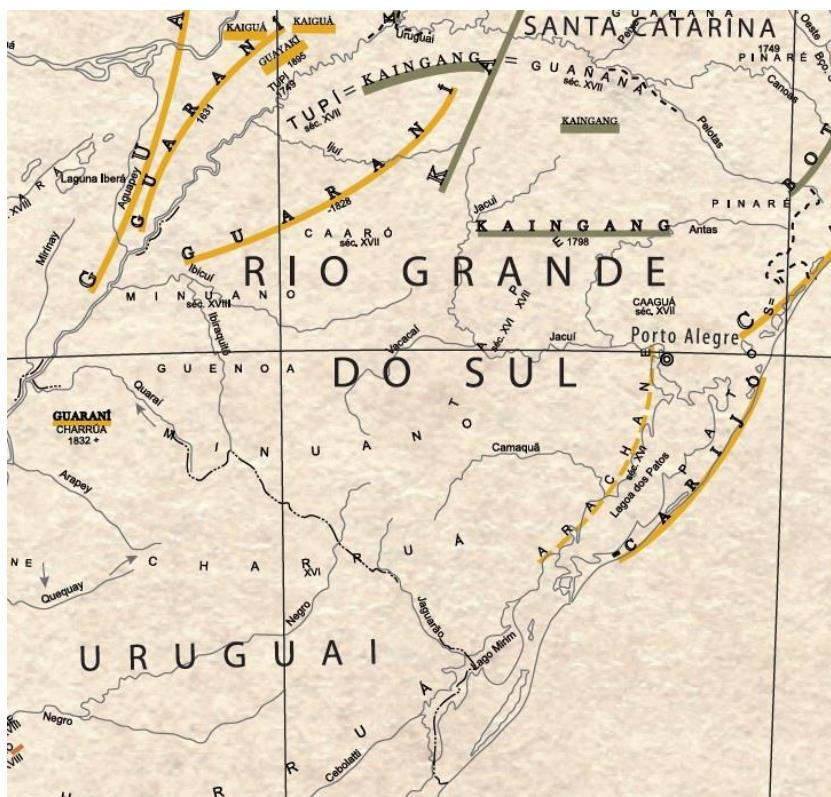


Figura 5: Recorte do Mapa Etnohistórico do Brasil, com detalhe para o estado do Rio Grande do Sul e populações indígenas. Fonte: Nimuendaju (2017).

Vicroski (2011, pp. 65-72) também sintetizou dados etnohistóricos referente as ocupações observadas durante o início da colonização europeia no estado, principalmente com o agrupamento e organização das reduções realizadas pelos jesuítas. Acredita-se que, no primeiro ciclo missionário, a fundação das reduções do Tape, seis delas estariam em proximidade a municípios que compõem a bacia do alto Jacuí, no caso Passo Fundo, Júlio de Castilhos, Cruz Alta, São Martinho da Serra, Arroio do Tigre e Panambi. Embora não haja a localização exata nem o registro como sítios arqueológicos,

essas localidades se referenciariam às reduções de Santa Tereza (1634), Natividade (1632), Apóstolos Pedro e Paulo (1631), São Miguel (1632), São Joaquim (1634) e São Carlos (1631) (op. cit., p. 66). O grupo indígena predominante nas reduções era o Guarani, e a fundação das vilas nessa região sugere que haveria uma ocupação prévia deste grupo localmente ou, talvez, uma disputa pelo território com os grupos Proto-Jê (op. cit., p. 67).

No que tange aos registros arqueológicos, grande parte dos sítios cadastrados estão em municípios distantes ou dispersos na bacia hidrográfica, sendo o principal conjunto localizado na divisa entre o alto e baixo curso do rio Jacuí, nos municípios de Pinhal Grande (3), Ibarama (17) e Nova Palma. Esses sítios correspondem à pesquisa realizada na UHE Dona Francisca (ROGGE, 1996; SCHMITZ et al., 2000). Além destes, um outro registro abarca o município de Espumoso.

Ao norte, já abrangendo a bacia rio da Várzea e a bacia do rio Passo Fundo, os registros estão dispersos ao longo da proximidade com o rio Uruguai, compondo um contexto associado a este curso e com poucos registros para o interior⁸. Nessa perspectiva, abrange um total de 74 sítios, sendo distribuídos nos municípios de Alpestre (33), Frederico Westphalen (1), Iraí (13), Itatiba do Sul (3), Nonoai (15), Rio dos Índios (7), Rodeio Bonito (1)⁹, e Ronda Alta (1)¹⁰.

É evidente que outros registros arqueológicos também ocorrem em considerável frequência na região, principalmente quando expõe-se sobre a ocupação Proto-Jê e de grupos caçadores-coletores (Tradição Humaitá).

⁸ Nesta perspectiva, entende-se que os registros nos baixos cursos do rio da Várzea e rio Passo Fundo, que seriam importantes rotas de conexão ao interior do estado, estariam associados a um sistema de ocupação do rio Uruguai, tanto pela relação direta com este, mas pela oferta de recursos proeminente nessa região. Poderia haver, contudo, alguns sítios nas cabeceiras e nascentes desses rios, os quais estariam inseridos na perspectiva desta pesquisa.

⁹ Estes dados são fornecidos pela base dados do antigo Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) atualmente migrado para o SICG (Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão). Em ambos os casos, as compilações de sítios apresentam, muitas vezes, ausência de algumas informações, além de grande parte não possuir a localização geográfica exata. Para este levantamento considerou-se, apenas, o município em que está inserido e definição de material cerâmico da Tradição Tupiguarani ou outras definições correlatas (Guarani, Tupi-Guarani etc.).

¹⁰ Este registro, nomeado Engenho Velho 2, encontra-se no MARSUL e está localizado e georreferenciado a partir do Mapa Guarani Digital.

Considerando estes registros, haveria um aumento considerável do potencial arqueológico, porém sairia dos objetivos desta pesquisa, que compete somente com a ocupação Guarani.

Em vias de ausência de registros arqueológicos cadastrados, no caso, sítios, observou-se a possibilidade de outros indicadores para a potencialidade ou a possibilidade de existência dos registros não identificados. Considerou-se, aqui, como apoio, as coleções disponíveis nos museus e instituições de guarda. Embora muitas das peças verificadas nestes locais sejam oriundas de outras localidades ou, também, não possuem um registro de procedência, os acervos são usualmente compostos com alguns artefatos que remetem a ocupação Guarani.

Vicroski (2021) realizou um mapeamento dessas instituições e de alguns sítios na região do Planalto Médio, com ênfase na microrregião de Passo Fundo. Seu objetivo foi pontuar instituições e sítios arqueológicos da região para elaborar uma carta arqueológica¹¹. Entre as instituições, o Museu Histórico de Passo Fundo detém um acervo originário de doações, com alguns vasilhames Guarani, porém grande parte deles proveniente do município de Iraí/RS. O Museu Olívio Otto, em Carazinho/RS, também possui um acervo nas mesmas condições, com grande parte do material oriundo de doações. Todavia, alguns fragmentos cerâmicos que podem ser associados aos Guarani se encontram no acervo do museu, com procedência do município. Embora sejam dados insuficientes, eles se compõe como somatórios na elaboração de um quadro de potencial arqueológico, visto que indicam a existência ou a possibilidade de sítios arqueológicos no município.

Por fim, mas de equivalente relevância, informações orais obtidas junto com a comunidade de Xadrez, no interior do município de Carazinho/RS, relatam a identificação de urnas e vasilhames cerâmicos, com descrições compatíveis às da Tradição Tupiguarani que foram localizadas por moradores em meados do século XX (provavelmente entre os anos 1950 a 1970) durante a abertura de áreas para plantio. Se confirmada tal informação, seria um

¹¹ Mapeamento Arqueológico da Microrregião de Passo Fundo (VICROSKI, 2021) do Laboratório de Cultura Material e Arqueologia do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.

importante registro para existência de material Guarani em território interiorano e confirmaria o potencial arqueológico levantado a partir dos dados secundários.

Considerações

Embora não se tenha uma disponibilidade de dados arqueológicos condizente com o potencial da região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, considera-se inegável a ausência do mesmo frente a outras fontes igualmente relevantes. Os dados históricos, etnohistóricos, etnográficos e arqueológicos, além da conjunção de elementos do meio físico e ecológico auxiliam a atestar que essa grande região foi uma área com grande apelo de ocupação por populações antigas. Embora desafiador seja buscar o registro da ocupação dos Guarani, as grande bacias que permeiam o Planalto Médio sugerem que esses territórios também poderiam ter sido utilizados ou ao menos desejados pela população Guarani, o que pode ter gerado contato com outros grupos já habitando esse território.

Por ocupar grande parte do território do estado e se apresentar como um grupo de comportamento expansionista, com grande território e uma cultura material atestando sua ocupação em praticamente boa parte da bacia Platina, os Guarani dos tempos arqueológicos são um grupo recorrentemente trabalhado e que ainda permitem novas perspectivas e descobertas dentro de abordagens regionais, macro ou micro, e para compor uma reconstrução e construção de uma história de longo termo para esses grupos. Compreender elementos que se referem a sua organização social e espacial conforme a disposição dos modelos etnohistóricos e etnobotânicos podem contribuir significativamente para o entendimento da sua mobilidade e manejo do ambiente. Talvez este seja um dos principais fatores que ateste para uma potencialidade arqueológica Guarani em terras interioranas: a necessidade de um manejo amplo do território, com uma grande mobilidade e a expansão gradativa para novas áreas, tanto por razões de crescimento demográfico ou por aspectos culturais/simbólicos da guerra, antropofagia, ou simplesmente o domínio de novos territórios para agregar ao seu modo de vida.

Mais importante, é que a hipótese de uma ocupação para além dos grandes rios contrapõe outros modelos reducionistas, que limitavam as populações originárias a modos de vida pautados puramente na subsistência e sob a determinação do ambiente. Hoje é possível perceber que a “Arqueologia

da Fome" (SOARES, 1997; 2001/2002) não é mais uma perspectiva que sustenta a complexidade e a diversidade observada a partir da materialidade e dos dados etnohistóricos. Os Guarani são um dos poucos grupos onde é possível traçar essa história antiga e profunda a partir de dados arqueológicos, entohistóricos, históricos e contemporâneos que permitem observar a trajetória desse grupo que resiste e luta atualmente na manutenção e preservação de sua cultura e modo de vida, o *ñande reko*.

Referências

- ALMEIDA, F. O. *O Complexo Tupi da Amazônia Oriental*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2008.
- ALMEIDA, F. O.; NEVES, E. G. *Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no Leste da Amazônia*. *Maná* 21(3), 2015, pp. 499-525.
- BALÉE, W. Antiquity of traditional knowledge in Amazonia: The Tupí-Guaraní Family and Time. *Ethnobiology*, v. 47, n. 2, 2000, pp. 399-422.
- BONOMO, M.; ANGRIZANI, R. C.; APOLINAIRE, E.; NOELLI, F. S. A model for the Guarani expansion in the La Plata Basin and littoral zone of southern Brazil. *Quaternary International* 356, 2015, pp. 54-73.
- BROCHADO, J. J. J. *An ecological model of the spread of pottery and agriculture into eastern South America*. PhD Thesis (PhD in Anthropology). University of Illinois at Urbana-Champaign, 1984.
- CHMYZ, I. (Ed.). Terminologia Arqueológica Brasileira para a Cerâmica. *Cadernos de Arqueologia*. Ano I, Nº 1. Museu de Arqueologia e Artes Populares. Paranaguá, 1976.
- CORRÉA, A. A. *Pindorama de Mboá e Íakaré: Continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2014.

CORTESÃO, J. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá (1594-1640)*. Manuscritos da coleção de Angelis I. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 1951.

CORTESÃO, J. *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1596-1760)*. Manuscritos da coleção de Angelis II. Biblioteca Nacional: Rio de Janeiro, 1952.

CRUZ, D. G. *Lar, doce lar? Arqueologia Tupi na bacia do Ji-Paraná (RO)*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2008.

DIAS, A. S. *Sistemas de Assentamento e Estilo Tecnológico: uma proposta interpretativa para a ocupação pré-colonial do alto vale do rio dos Sinos, Rio Grande do Sul*. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2003.

EQUIPE MAPA GUARANI CONTINENTAL (EMGC). *Caderno Mapa Guarani Continental: poros Guarani na Argentina, Bolívia, Brasil e Paraguai*. Campo Grande, MS: Cimi, 2016.

FERRARI, J. L. O povoamento Tupiguarani no baixo Ijuí, RS, Brasil. *Pesquisas: Antropologia*, nº 35, Instituto Anchietano de Pesquisas. São Leopoldo, 1983.

HEPP, M. *Estudo arqueológico da ocupação Guarani no vale do rio Tibagi*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Antropologia, Universidade Federal do Paraná, 2012.

KASHIMOTO, E. M. *Variáveis ambientais e Arqueologia no Alto Paraná*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

KIPNIS, R. O uso de modelos preditivos para diagnosticar recursos arqueológicos em áreas a serem afetadas por empreendimentos de impacto ambiental. In.: CALDARELLI, S. B. (Org.). *Atas do Simpósio sobre Política Nacional do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural: Repercussões dos Dez Anos da Resolução CONAMA nº 001/86 sobre a Pesquisa e a Gestão dos Recursos Culturais no*

Brasil. Goiânia, Fórum Interdisciplinar para o Avanço da Arqueologia/IGPA-UCG, 1997, pp. 34-40.

KLAMT, S. C. *Uma contribuição para um sistema de assentamento de um grupo horticultor da tradição cerâmica Tupíguarani*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2004.

LATHRAP, D. *The Upper Amazon*. London: Thames & Hudson, 1970.

LEZAMA, A.; GLUCHY, M. F. La cuestión Guaraní como un problema de perspectiva. In.: MILHEIRA, R. G.; WAGNER, G. P. *Arqueología Guarani no litoral sul do Brasil*. Curitiba: Appris, 2014, pp. 155-175.

MENTZ-RIBEIRO, P. A. A tradição ceramista tupíguarani no sul do Brasil. In.: PROUS, A.; LIMA, T. A. (eds.). *Os ceramistas Tupíguarani. Volume I - Sínteses Regionais*. 2ª edição. Belo Horizonte: Livraria e Editora Graphar, 2016, pp. 201-222.

MIGLIAZZA, E. C. Linguistic prehistory and the refuge model in Amazonia. In.: PRANCE, G. T. (ed.). *Biological Diversification in the Tropics*. New York: Columbia University Press, 1982.

MILLER, E. T. A Cultura Cerâmica do Tronco Tupí no alto Ji-Paraná, Rondônia, Brasil: Algumas Reflexões Teóricas, Hipotéticas e Conclusivas. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Vol. 1, No. 1, 2009, pp. 35-136.

MONTOYA, P. A. R. *Conquista espiritual feita pelos religiosos da Companhia de Jesus nas Províncias do Paraguai, Paraná, Uruguai e Tape*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1985 [1639]. pp. 263.

MORAES, C. A. *Arqueologia Tupí no nordeste de São Paulo: um estudo de variabilidade artefactual*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2007.

MORAIS, J. L. *Perspectivas geoambientais da Arqueologia do Paranapanema Paulista*. Erechim, RS: Habilis, 2011.

NIMUENDAJÚ, C. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IPHAN e Universidade Federal do Pará. Brasília/DF: IBGE, IPHAN, 2017.

NOELLI, F. S. A ocupação humana na região sul do Brasil: Arqueologia, debates e perspectivas 1872-2000. *Revista USP*, São Paulo, n. 44, 1999/2000, pp. 218-269.

NOELLI, F. S. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de Antropologia*, Volume 39, Nº 2. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. pp. 7-53.

NOELLI, F. S. La distribución geográfica de las evidencias arqueológicas Guaraní. *Revista de Indias*. Vol. LXIV, nº 230, 2004, pp 17-34.

NOELLI, F. S. *Sem tekoha não há Tekó – Em busca de um modelo etnoarqueológico da aldeia e da subsistência Guaraní e sua aplicação a uma área de domínio no delta do rio Jacuí*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1993.

NOELLI, F. S. The Tupi: Explaining origin and expansions in terms of archaeology and of historical linguistics. *Antiquity*: 72 (277), 1998, pp. 648-63.

NOELLI, F. S.; VOTRE, G. C.; SANTOS, M. C. P.; PAVEI, D. D.; CAMPOS, J. B. Ñande reko: fundamentos dos conhecimentos tradicionais ambientais Guaraní. *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Volume 11, Número 1, 2019, pp. 13-45.

PEREIRA, D. L. T. *Arqueologia Guaraní na bacia do Rio Santo Anastácio – SP: Estudo do sítio Célia Maria*. Dissertação de Mestrado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2011.

PROUS, A. A pintura na cerâmica Tupiguarani. In.: PROUS, A.; LIMA, T. A. (eds.). *Os Ceramistas Tupiguarani. Volume II – Elementos Decorativos.* 2^a edição. Belo Horizonte: Livraria e Editora Graphar, 2016, pp. 113-216.

PROUS, A. *Arqueologia Brasileira – a pré-história e os verdadeiros colonizadores.* Cuiabá, MT: Archaeo; Carlini & Caniato Editorial, 2019.

ROGGE, J. H. Adaptação na Floresta Subtropical: A Tradição Tupiguarani no Médio Jacuí e no Rio Pardo. *Documentos 06.* São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 1996.

ROGGE, J. H. *Fenômenos de fronteira: Um estudo das situações de contato entre os portadores das tradições cerâmicas pré-históricas no Rio Grande do Sul.* Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2004.

SANTOS, M. C. *A problemática do levantamento arqueológico na avaliação de impacto ambiental.* Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

SCHADEN, E. *Aspectos fundamentais da cultura Guarani.* São Paulo: EPU/EDUSP, 1974.

SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H.; ARNT, F. V. Sítios Arqueológicos do Médio Jacuí, RS. *Documentos 08.* São Leopoldo: Instituto Anchietano de Pesquisas/Unisinos, 2000.

SCHNEIDER, F.; WOLF, S.; KREUTZ, M. R.; MACHADO, N. T. G. Tempo e Espaço Guarani: um estudo acerca da ocupação, cronologia e dinâmica de movimentação pré-colonial na Bacia do Rio Taquari/Antas, Rio Grande do Sul, Brasil. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 12, n. 1, 2017, pp. 31-56.

SOARES, A. L. R. Arqueologia, História e Etnografia: o denominador Guarani. *Revista de Arqueologia.* N° 14-15. 2001/2002, pp. 97-114.

SOARES, A. L. R. *Contribuição à Arqueologia Guarani: estudo do Sítio Röpke*. Tese de Doutorado. Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2004.

SOARES, A. L. R. *Guarani. Organização Social e Arqueologia*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SOUZA, A. M. *Dicionário de Arqueologia*. Rio de Janeiro: Associação de Docentes da Estácio de Sá, 1997.

SOUZA, J. G.; NOELLI, F. S.; MADELLA, M. Reassessing the role of climate change in the Tupi expansion (South America, 5000–500 BP). *J. R. Soc. Interface* 18, 2021, pp. 1-11.

VICROSKI, F. J. N. *O Alto Jacuí na Pré-História: subsídios para uma arqueologia das fronteiras*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo: Passo Fundo, 2011.